

§ único. Se se provar falsidade em alguma declaração, àquele a que a mesma respeitar terá de repor as quantias indevidamente percebidas e fica sujeito ao procedimento criminal pelo acto cometido.

Art. 3.º Pelo pessoal do extinto Commissariado dos Fósforos serão processadas as folhas para abono de subsídio de que trata o artigo 1.º, devendo essas folhas ser acompanhadas das declarações a que se refere o artigo 2.º

Art. 4.º A despesa resultante da execução deste decreto será satisfeita em conta dos créditos abertos para ocorrer aos encargos provenientes da lei n.º 1:770, de 25 de Abril de 1925.

Art. 5.º Este decreto entra imediatamente em vigor e fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 29 de Maio de 1925. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães — Vitorino Henriques Godinho — Adolfo Augusto de Oliveira Coutinho — António Nogueira Mimoso Guerra — Fernando Augusto Pereira da Silva — Joaquim Pedro Martins — Frederico António Ferreira de Simas — Henrique Monteiro Correia da Silva — Rodolfo Xavier da Silva — Angelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia — Francisco Coelho do Amaral Reis.*

### Inspeção do Comércio Bancário

Por ter saído com inexactidões o artigo 73.º do decreto n.º 10:071, inserto no *Diário do Governo* n.º 202, 1.ª série, de 6 de Setembro de 1924, novamente se publica esse artigo:

Artigo 73.º Quando aos transgressores não forem encontrados bens suficientes para o pagamento das multas que lhes forem aplicadas, serão estas convertidas pelo tribunal comum em prisão correcçãoal à razão de 50\$ por dia, não podendo exceder esta o tempo de seis meses.

Lisboa, 28 de Maio de 1925. — O Inspector do Comércio Bancário, *Luis da Silva Viegas.*

## MINISTÉRIO DA MARINHA

### Direcção Geral da Marinha

#### Direcção das Pescarias

#### Decreto n.º 10:811

Não permitindo a lei n.º 1:514, de 18 de Dezembro de 1923, que nas águas territoriais portuguesas as embarcações estrangeiras executem operações preliminares para a pesca;

Constituindo o abastecimento a embarcações estrangeiras de combustíveis, de água, de mantimentos, etc., uma operação preliminar para pescar, quando esse abastecimento seja procurado com o fim de lhes permitir exercer a indústria nas nossas costas;

Considerando que se iniciou a pesca da baleia nas nossas águas continentais e que nas águas insulares esta pesca constitui uma indústria importante e que necessário é que o Governo da República lhe dispense a precisa protecção, quer impedindo a concorrência de empresas estrangeiras que, embora pescando fora das águas territoriais portuguesas, pretendam fazer dos nossos portos bases de pesca, quer obstando a que uma pesca

demasiadamente intensiva venha a provocar o desaparecimento de algumas espécies;

Tendo ouvido o parecer da Comissão Central de Pescarias:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Marinha, ouvido o Conselho de Ministros, e usando das faculdades que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, decretar o seguinte:

Artigo 1.º O abastecimento nos portos nacionais a embarcações e estações baleeiras estrangeiras de combustíveis, água, mantimentos, etc., fica dependente de licença especial do Ministério da Marinha.

§ 1.º Esta licença, que será gratuita, será concedida pela Direcção Geral da Marinha.

§ 2.º Enquanto esta licença não for obtida, poderá a autoridade marítima local permitir o abastecimento estritamente preciso para a alimentação diária da guarnição e para prover à segurança e conservação dos navios e embarcações.

§ 2.º Para se obter a licença para o fornecimento de combustíveis será pelo interessado declarado o sistema do motor, a sua potência e o seu consumo diário.

§ 4.º Para o fornecimento de mantimentos declarará o interessado o número de pessoas da sua tripulação.

§ 5.º Para o fornecimento de água declarará mais o interessado qual o consumo diário preciso para a sua máquina motora.

Art. 2.º A licença indicada no artigo anterior será sempre concedida quando se trate de navios em trânsito.

Art. 3.º Será recusada a licença indicada no artigo 1.º quando se trate de estações ou navios baleeiros estacionados nas nossas costas.

§ único. Quando se dêem as circunstâncias deste artigo só será permitido o abastecimento preciso para as estações ou navios poderem alcançar o porto mais próximo, não sendo permitido nestas circunstâncias novo reabastecimento ao mesmo navio ou estação com intervalo inferior a dois meses.

Art. 4.º O estabelecimento de estações baleeiras nacionais nos portos portugueses do continente fica dependente de licença do Ministério da Marinha, o qual determinará o seu número e os locais de instalação.

Art. 5.º Fica também dependente de licença do Ministério da Marinha o estabelecimento de estações baleeiras nacionais nos portos insulares quando empreguem embarcações baleeiras de grande tonelagem.

Art. 6.º É interdito às embarcações estrangeiras o prepararem os produtos da pesca dentro dos nossos portos ou dentro das nossas águas territoriais, tais como estão definidas na lei n.º 735, de 10 de Julho de 1917.

Art. 7.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 29 de Maio de 1925. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães — Vitorino Henriques Godinho — Adolfo Augusto de Oliveira Coutinho — António Nogueira Mimoso Guerra — Fernando Augusto Pereira da Silva — Joaquim Pedro Martins — Frederico António Ferreira de Simas — Henrique Monteiro Correia da Silva — Rodolfo Xavier da Silva — Angelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia — Francisco Coelho do Amaral Reis.*

#### Decreto n.º 10:812

Considerando que da execução do regulamento aprovado por decreto n.º 10:782, de 20 do corrente mês, resultará para as indústrias da pesca e da navegação flu-